

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 63ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 01 de junho de 2015

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Sexagésima Terceira Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos do Município de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Mauá, DONISETE BRAGA; a Vice Prefeita de Ribeirão Pires, LEONICE MOURA. Ausentes justificadamente os Prefeitos de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu início à pauta. Com a palavra, o Secretário Executivo agradece a presença de todos e convida o GT EDUCAÇÃO para iniciar apresentação sobre a formulação de indicadores como subsídio para os planos municipais de educação. Passa a palavra para Ana Lucia Sanches, coordenadora do GT Educação para contextualizar esse trabalho no âmbito do nosso Planejamento Regional. Com a palavra, ela cumprimenta a todos os prefeitos, secretários e membros do GT Educação presentes. A partir do estudo feito pela USCS, serão apresentados os dados gerados no Educacenso que configuram o cenário do Grande ABC frente ao Plano Nacional de Educação. O PNE tem como diretrizes a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Foram criadas 20 metas, sendo que as metas 1, 2, 3, 5, 6, 7,9 e 10 são voltadas a universalizar e fomentar a garantia do direito à educação básica com qualidade. As metas 4 e 8 se destinam a garantir a redução das desigualdades e à valorização da diversidade. As metas 11, 12,13 e 14 se referem a elevar taxas de inserção no Ensino Superior. As metas 15, 16,17 e 18 buscam garantir a valorização dos profissionais da educação. E as metas 19 e 20 são voltadas ao ensino fundamental para assegurar condições para o financiamento e gestão democrática. Além das 20 metas foram mapeadas 129 estratégias que também têm um prazo de execução. Ana Lucia destaca os artigos 5º (“A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas”), 6º (“A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído

nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação); e 10º (“ O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos [...] dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE [...]”, que precisam ser cumpridos. É necessário também realizar um debate sobre o regime de colaboração que precisam ser rediscutidos as responsabilidades dos municípios. Devido a isso, foi solicitada uma agenda com o Secretário Estadual de Educação para ajustar nossa capacidade de atendimento. Até 2016 foram mapeadas 5 metas: Meta 1: universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; Meta 3: universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos; Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015; Meta 15: garantir uma política nacional de formação dos profissionais da educação, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE; Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública; Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. E até 2020 temos 2 metas: Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE; Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. O cenário atual nos sete municípios tem uma clara limitação orçamentária, em cenário de limitado crescimento econômico, e a maioria dos sete municípios não cumpriu ainda a lei do piso; além disso, os municípios do Grande ABC estão em sua maioria no limite do regime prudencial da LRF e há falta de professores para o crescimento do atendimento, em conformidade ao PNE. Os desafios regionais frente ao PNE serão cumpridos com a efetivação das metas dos municípios, havendo necessidade de novos recursos. Também os planos municipais dialogam com a articulação de movimentos/grupos locais que demandarão novos recursos e a adequação dos orçamentos às regras de atendimento do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial). O GT também prevê e demanda ações regionais junto ao Estado para a repactuação de atendimento e de investimento na região, incluindo ampliar significativamente o atendimento para a educação básica e o EJA, e também com o governo federal para firmar parcerias em programas de construção de equipamentos (a exemplo do Pro Infância); acrescenta-se o estudo e articulação regional para financiamento e custeio, em especial para a valorização do professor. Existem outras possibilidades como o Observatório de Políticas Públicas, que irá monitorar o desenvolvimento dos programas de educação/qualidade da educação, a definição conjunta de regras regionais para utilização dos recursos do pré-sal e o estabelecimento de um CAQ regional, com valores compatíveis à qualidade da

educação do Grande ABC. Encerrada a introdução, o Secretário Executivo convida a Professora Maria do Carmo Romeiro e o Professor Leandro Prearo, para apresentar os dados preliminares do estudo realizado em parceria com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Presente também a professora Virginia Cardoso, Coordenadora Geral das Licenciaturas da UFABC. A professora Carminha Romeiro cumprimenta a todos e diz que a apresentação (documento anexo) é uma síntese do estudo, do qual foram selecionados alguns indicadores visando fornecer a idéia mais ampla sobre o relatório geral, contemplando um conjunto de 129 itens, definidos a partir do PNE. O estudo aponta os indicadores das sete cidades para as 20 metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), em todos os níveis de formação. O déficit de vagas em creches e a universalização do atendimento escolar entre 15 e 17 anos aparecem entre os desafios da região para os próximos anos. O estudo deve subsidiar os Planos Municipais de Educação em andamento e, futuramente, o Plano Regional de Melhoria da Educação, uma das prioridades do PPA Regional Participativo. Na pasta dos senhores prefeitos, consta a apresentação completa com o estudo preliminar, incluindo os dados técnicos e o detalhamento de cada município. Entre as atribuições municipais, na Meta 1, que prevê universalizar até 2016 a pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o Grande ABC tem média de atendimento estimada em 67,14% incluindo as redes municipal e privada. Já a ampliação da oferta de educação infantil em creches, que precisa chegar a 50% do total de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos até 2020, exigirá investimento ainda maior, uma vez que apenas 24,20% desses alunos são atendidos atualmente, sendo apenas 14,25% na rede municipal. Ainda assim esse índice é melhor que os números do Estado de São Paulo (14,18%) e do Brasil (9,35%). Já a Meta 3, que prevê 100% do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos até 2016 e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, dependerá de investimentos do governo estadual, responsável por esse atendimento. O levantamento aponta que do total de 85,58% de matrículas das redes pública e privada para esse segmento, 69,87% estão na rede estadual e apenas 1,38% na esfera municipal, no caso em São Caetano do Sul. A apresentação prossegue com os principais destaques da abordagem inicial do referido estudo, estando anexa à presente ata. Em seguida, o Presidente Gabriel Maranhão fala do desafio que vê pela frente, destacando a realidade muito distinta entre os municípios, cabendo pensar em medidas que nos permitam captar recursos para lidar com os desafios propostos pelo PNE. As metas são abrangentes, envolvendo infraestrutura e qualificação profissional para que educadores possam exercer a função por meio da meritocracia e valorização dos professores. Quando se fala em educação, a maioria das pessoas pensa em custos, mas trata-se de investimento, porque a Educação é o nosso futuro. O Prefeito Carlos Grana questiona que os dados são de 2013 e pergunta a previsão de atualização do banco de dados. Ana Lucia Sanches responde que o banco de dados é preenchido anual, na base Educacenso e será disponibilizada novamente no próximo mês. O IDEB é recalculado a cada dois anos, com o prazo de mais um ano para gerar o relatório, que ocorre geralmente no mês de junho. A professora Carminha Romeiro comenta que a análise dos dados não pode ser feita isoladamente; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) preconizado para 2015, é de 5,2 anos iniciais no Ensino Fundamental, e a região atingiu média de 5,8 anos, compatível com a meta prevista para 2019, e portanto o diagnóstico pode ser acompanhado e realimentado pelos municípios. A Secretária de Educação de São Bernardo do Campo, Sra. Cleuza Repulho,

destaca que a base do Educacenso é considerada uma das bases mais confiáveis, ficando atrás somente da Receita Federal, porém temos um processo de transmissão de dados que consiste em repassar os dados dos municípios via Prodesp, o que muitas vezes gera problemas na hora de transmitir ao INEP. Sendo assim, sugere que o Grande ABC consiga enviar os dados diretamente ao INEP, a fim de evitar erros no repasse das informações. Lembra também que os municípios deverão ter uma legislação própria para receber os recursos do pré-sal. O Prefeito Donisete Braga sugere uma agenda com o Ministro da Educação, justificando que independente da relação de cada município é importante compartilhar esses dados, além da demanda de investimentos para a região. O Secretário Executivo informa que já foi solicitada essa agenda, mas o MEC respondeu indicando que será agendada uma reunião com o Secretário Nacional de Educação Superior, e no momento estamos aguardando a data. Além disso, foi solicitada uma agenda também com o Secretário Estadual de Educação, sem retorno ainda.

Proposta de filiação do Consórcio à ASSEMAE, visando adesão coletiva de processo junto ao CADE e contra a Sabesp: Retomando o tema da assembleia anterior, o Secretário Executivo convida o Sr. Sebastião Ney Vaz, superintendente da SEMASA, para apresentar uma síntese da proposta e seu significado do ponto de vista do Consórcio e dos municípios. Com a palavra, Ney Vaz cumprimenta a todos e inicia sua apresentação (documento anexo), relatando que a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, a Assemae é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1984. A entidade busca o fortalecimento e o desenvolvimento da capacidade administrativa, técnica e financeira dos serviços municipais de saneamento responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana. A Associação possui reconhecimento e credibilidade nacional e internacional, reunindo quase dois mil associados no Brasil. Em defesa da universalidade do saneamento básico e melhoria da gestão pública, a Assemae se faz presente nas diversas esferas do Governo Federal, participando do Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, conselhos estaduais de saneamento e comitês de bacias hidrográficas, entre outros. Relata que o problema dos sete municípios do Grande ABC é devido ao fato de que três municípios possuem serviços autônomos de Saneamento Básico, e os demais são geridos pela SABESP. No momento, não existe uniformidade no desenho institucional do tema Saneamento Básico, não existe relação equilibrada entre a Sabesp e os municípios, e os diálogos são realizados bilateralmente. A região carece de muita infraestrutura para universalização do Saneamento, e a crise da água só comprova o monopólio da Sabesp na produção, distribuição e venda da água para os municípios, justificando portanto a necessidade de união na relação frente à Sabesp. Dado o exposto, foi pensado na proposta de filiação do Consórcio à ASSEMAE, passando a receber informações, e o direito de participar de vários fóruns nacionais, como Conselho das Cidades, CONAMA etc. Atualmente os municípios de São Caetano do Sul, Santo André e Mauá já são filiados individualmente. A outra proposta é a participação com cotas na defesa junto ao CADE – atualmente os municípios de Mauá, Santo André e Guarulhos têm se defrontado com a SABESP na área jurídica. Um dos caminhos encontrados foi a de levar junto ao CADE a tese de abuso de monopólio. Essa filiação traria benefícios como criar condições para que os municípios possam fazer gestões próprias com maiores tranquilidades; participar nos ajustes das tarifas de

água e esgoto para a região; realizar a gestão compartilhada prevista na lei 11.445/2007 (artigo 12, relação de interdependência entre as partes); fortalecer a participação do Grande ABC nas tomadas de decisão. O Prefeito Donisete Braga explana os motivos, também já expostos na assembleia anterior, que justificam os motivos para a filiação a fim de fazer esse questionamento junto ao CADE, além de entendermos que a ASSEMAE é uma instituição reconhecida nacionalmente e pode colaborar nesse processo. Considera uma iniciativa que irá defender a nossa região e explica que essa iniciativa não gera nenhum problema com a Sabesp. O Secretário Executivo informa que o valor da anuidade para consórcios públicos será de R\$ 21 mil. O Presidente Gabriel Maranhão considera importante a presença dos demais prefeitos para deliberar a aprovação. O Prefeito Carlos Grana diz que não foi deliberado na assembleia anterior justamente para avaliar a posição dos demais prefeitos que não estavam presentes no momento, e que já se passou mais de um mês, reafirmando a urgência de aprovar na presente assembleia. O Diretor Jurídico, Leandro Piccino, informa a todos que o ato de filiação é voluntário, e a qualquer momento o Consórcio poderá se desfilar sem nenhum prejuízo, sendo necessária apenas a deliberação da assembleia. Deliberação: os prefeitos aprovaram a filiação por unanimidade e o Secretário Executivo informa que posteriormente será apresentado um documento com o histórico da associação.

APRESENTAÇÃO DOS OUVIDORES MUNICIPAIS

O Secretário Executivo informa que a proposta inicial do ponto de pauta se originou com o Prefeito Carlos Grana, de modo que os ouvidores apresentem as possibilidades de parcerias no âmbito regional. Com a palavra o Dr. José Luiz Ribas, ouvidor de Santo André, cumprimenta a todos os Prefeitos e autoridades presentes. Inicia sua apresentação dizendo que recebeu com grande prazer a incumbência de trazer ao conhecimento de todos uma proposta acerca do acolhimento e atendimento dos munícipes da Região do Grande ABC. Declara tratar-se de uma nova ferramenta que trará uma perspectiva inédita de atuação a todos os gestores envolvidos neste Consórcio. Lembra que a cidade de Santo André, através do Prefeito Celso Daniel, em agosto de 1999, e com o intuito de proteção e defesa, criou a Ouvidoria da Cidade de Santo André como órgão independente e com autonomia própria. Afirma que ao assumir a Ouvidoria da Cidade de Santo André, em março de 2014, tinha como uma das metas a real proximidade com nossos cidadãos. Afirma que nesse sentido, foram consultadas as sete cidades, no intuito de verificar as possibilidades de trabalho conjunto, já que estamos dentro de uma mesma região e convivendo com limites territoriais invisíveis, diante do crescimento de nossos municípios. Essa aproximação nos levou ainda em 2014, à ouvidora Celma Dias, da cidade de Mauá, e ao ouvidor José Farina Quesada, de São Caetano do Sul, ambos com um trabalho forte e responsável em seus municípios. Já em 2015, foram convidados a participar das reuniões mensais de Ouvidores Públicos do ABC, os ouvidores da Saúde também presentes: Sr. Antonio Aparecido da Silva Pinto (Antonio Padre), de Santo André; Sra. Vanessa Santos de Lima, de Mauá; Dr. José Viteri, de São Caetano do Sul e a Sra. Sirlei Bemarde, de São Bernardo do Campo. Com relação a números, que nos reporta a quantidade de atendimentos realizados pelas Ouvidorias Públicas no ano de 2014, a Ouvidoria de Santo André atendeu um total de 7.251 pessoas; a de Mauá atendeu 4.652 pessoas e a de São Caetano do Sul atendeu 1.680 pessoas. Devemos levar em consideração que muitos munícipes moram em uma cidade, trabalham em outra e estudam numa

terceira. Assim, o funcionamento de uma ouvidoria integrada seria muito interessante pela troca efetiva de informações e experiências precedentes, mas também pela avaliação melhor mensurada para uma atuação conjunta, argumentando que as soluções podem e devem ser aplicadas como princípios. Notemos os resultados de processos solucionados em 2014: Santo André 7.239; São Caetano 1.680; Mauá 647. Notemos que os resultados obtidos pelo trabalho que é feito pela Ouvidoria, na verdade se trata de uma poderosa ferramenta de gestão para todos os Prefeitos. Isto porque as estatísticas que apresentam a Ouvidoria têm o poder de causar mudanças drásticas no influxo, uma vez que, com tais dados em mãos, os Administradores sabem a quem cobrar posturas e atitudes para que a vida de seus munícipes tenha um salto positivo de qualidade. Pensando no sucesso que um trabalho comum entre as Ouvidorias das sete cidades pode oferecer, em agosto de 2014, foi formalizada entre as três ouvidorias uma carta aberta de fortalecimento das ouvidorias públicas do ABC, que teve como mote a fundamentação da criação de um grupo de estudos, dentro do Consórcio, objetivando a colaboração técnica e formação de diretivas que venham a sustentar posturas coesas e niveladas, como elementos de aferição e esclarecimento aos Prefeitos Municipais, o que resultou na proposta que ora oferecemos, ou seja, um protocolo de intenções que seja celebrado para garantir a constituição de um Grupo de Cooperação Técnica e de Estudos sobre Ouvidorias Públicas no Consórcio. Considera que se deve levar em conta que a integração das ouvidorias públicas dentro deste Consórcio é de um ineditismo ímpar, não se conhecendo postura semelhante na história das ouvidorias públicas. O Dr. Edson Vismona, presidente da Associação Brasileira de Ouvidores e Ombudsman também apreciou essa inovação que pretendemos imprimir na história das ouvidorias no Brasil. Pensando nos objetivos que fizeram com que nascesse este Consórcio, ou seja, a integração das sete cidades para solução de problemas e a implementação de novos planos comuns, a implantação do grupo de estudos que se propõe é de grande valia, já que possibilitará uma leitura mais homogênea das hipóteses onde os gestores públicos poderão agir em conjunto. Mais do que isso, devemos entender que o trabalho realizado pela Ouvidoria nada mais que é que uma forma de humanizar as relações havidas entre a Administração Pública e os cidadãos, acolhendo estes e encurtando as distâncias que outrora foram alicerçadas. Em seguida, encerra sua apresentação e abre a palavra. O Prefeito Carlos Grana destaca o trabalho da ouvidoria em sua cidade, desde quando foi criada em 1999, e que tem apresentado resultados muito significativos e acredita que esse diálogo regional seja muito importante, principalmente para definir um modelo único das ouvidorias e ações regionalizadas e a padronização de excelência no atendimento. Deliberação: os prefeitos aprovaram a criação de um grupo especial de ouvidores municipais para uma ação regionalizada, por meio do Consórcio, com troca de experiências entre os municípios visando padronizar os procedimentos das Ouvidorias.

INFORMES E AGENDA FUTURA

1. GT Saúde: O coordenador Homero Nepomuceno informa que a pauta para a descentralização da entrega de medicamentos de alto custo nos equipamentos estaduais de Saúde instalados na região, que vem sendo discutida desde 2011 com o governo do Estado, será novamente cobrada, já que não houve avanços. A ideia é que os medicamentos sejam distribuídos também nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) de Santo André e Mauá, além da continuidade do serviço no Hospital Estadual Mário Covas. O GT Saúde tentou por diversas vezes realizar uma

reunião com a equipe técnica, mas somente na última sexta-feira foi possível contar com a presença deles e a informação é de que uma análise técnica será feita no prazo de 30 dias; 2. Contratações em andamento: PAC – o secretário informa que foi publicado na data de hoje o edital da licitação e a abertura está marcada para 17/07. Além disso, estamos em contratação do Plano Regional de Drenagem Urbana e do Plano Regional de Resíduos Sólidos, além da finalização do contrato com UFABC para a realização do TCTC já aprovado, cabendo também formalizar o convenio com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC; 3. Assembleia Extraordinária: agenda prevista com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, no dia 12/06, às 9h30; 4. Recomposição do Conselho Consultivo: o Secretário Executivo declara está em vias de publicação a chamada para as eleições que vão recompor o conselho consultivo, com as alterações já definidas pela Assembleia; 5. Concurso Público – da mesma forma, o Secretário Executivo lembra que o resultado preliminar será divulgado em 9 de junho, iniciando-se então as contratações mais prementes; 6.

Pendências nos repasses dos municípios: o Secretário Executivo reitera a necessidade de regularização dos repasses pendentes, sob pena de termos problemas jurídicos decorrentes da lei de consórcios públicos, para além da questão financeira.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luis Gabriel Fernandes da Silveira deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. Região do Grande ABC, em 01 de junho de 2015.

Prefeitos e Vice-prefeitas signatários, presentes na 63ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Presidente
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

LEONICE MOURA
Vice Prefeita do Município de Ribeirão Pires

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 63ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.